

Venda da Vale influi pouco nas contas públicas

BRASÍLIA — A privatização da Vale do Rio Doce não provocou nas contas públicas a mesma reviravolta que tomou o Congresso e a oposição. Após o leilão da maior mineradora do mundo, a dívida líquida do governo federal caiu de R\$ 134,857 bilhões, em abril, para R\$ 134,658 bilhões, em maio — uma variação tão sutil que nem o Banco Central (BC) sabe estimar qual será a economia com juros decorrentes dessa venda.

Segundo o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, a privatização da Vale rendeu R\$ 3,3 bilhões à União, dos

quais, R\$ 1,550 bilhão serviram para o cancelamento de parcela ínfima da dívida mobiliária. Os R\$ 1,750 bilhão restantes foram transferidos pelo Tesouro ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico (BNDES), que havia assumido uma dívida de igual valor junto ao Fundo de Compensação por Variações Salariais (FCVS).

Além disso, explicou Altamir Lopes, a privatização da Vale provocou uma transferência, do setor público para o setor privado, de uma dívida interna e externa de R\$ 2,150 bilhões. Isso era o que a Vale

devia no mercado quando foi leiload.

Parte dessa dívida, R\$ 908 milhões, foi contraída junto aos bancos. Com isso, a venda da Vale provocou uma redução de 18,2% nos créditos tomados pela União junto ao sistema financeiro. Em abril, a dívida nos bancos era de R\$ 4,996 bilhões. Em maio, foi para R\$ 4,088 bilhões.

Para pagar toda a dívida líquida total do setor público, que chegou a R\$ 282,095 bilhões em maio, seria necessário que União, estados e municípios vendessem, juntos, 86

Vales. Ao todo, o setor público deve 34,2% do PIB.

Em títulos federais, a União deve R\$ 189 bilhões; e os estados e municípios, R\$ 54 bilhões. As empresas estatais devem aos bancos R\$ 31 bilhões.

Pelos dados de maio, o setor público deve R\$ 248 bilhões no mercado interno e R\$ 33 bilhões lá fora. O problema é que, aqui dentro, União, estados e municípios pagam juros anuais de 17,2%, na média. Já no exterior, a dívida custa 9,6% ao ano.

(Wladimir Gramacho)